



ESTADO DE GOIÁS
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO: 202000059001462

INTERESSADO: GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de software para atender as demandas da Gerência de Atendimento (GEATE), no provimento de soluções integradas para os processos de entrada e análise de propostas de crédito, conforme justificativas a respeito da necessidade da contratação, estampada no Memorando nº 73/2020-GETEC (000015972667).

DESPACHO Nº 191/2020 - GELIC- 17163

Trata este Processo das justificativas de Dispensa de Licitação, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de software para atender as demandas da Gerência de Atendimento (GEATE), no provimento de soluções integradas para os processos de entrada e análise de propostas de crédito, conforme justificativas a respeito da necessidade da contratação, estampada no Memorando nº 73/2020-GETEC (000015972667), oportunidade em que passamos a tecer as seguintes considerações:

Considerando que a GoiásFomento conta atualmente com um grande volume de propostas de crédito e foi identificado que o maior gargalo nesse processo se encontra na Gerência de Atendimento (GEATE), responsável por toda a etapa inicial de crédito, desde a captação da proposta, até a formalização desse instrumento, preparando toda a documentação para que seja realizada a Análise de Crédito. Como bem explicitado pela GEATE: *“É de suma importância que a Gerência de Atendimento possua uma ferramenta hábil a atender as demandas desta Agência de Fomento, privilegiando a agilidade do recebimento e encaminhamento das propostas de financiamento, amparada em um ambiente seguro.”*

Considerando que além do alto volume de propostas, ficou evidenciado ainda que o atual fluxo dos processos de concessão de crédito não propicia uma boa jornada ao cliente, fazendo com que o processo se torne muito burocrático e com demora nas interações entre atendimento e cliente. Ainda citando, o gerente da GEATE assim ponderou: *“Neste período de pandemia que estamos enfrentando, ficou mais latente a necessidade de um sistema informatizado que reduza o contato físico dos colaboradores com documentação, e facilite o envio de propostas e documentos pelos clientes, realize um filtro de propostas e gere relatórios fidedignos para controle de prazos, pendências e ocorrências. Nos últimos meses, vimos a necessidade de um sistema que processe o recebimento propostas de crédito, as consultas nos sistemas de crédito, nos órgãos fiscais e de registros das empresas, a análise dos documentos enviados, assim como no processo de comunicação com o cliente, permitindo um acompanhamento acessível e rápido por parte das gerências e dos clientes em relação as pendências e ao andamento das propostas enviadas. Atualmente, nossos principais canais para recebimento de propostas têm sido através de e-mail e pelo site. No e-mail as documentações chegam de forma aleatória, não gerenciável, pois, na maioria das vezes, cada empresa proponente envia mais de um e-mail com os documentos desorganizados e incompletos”*

Considerando que a finalidade da implementação dessa ferramenta é permitir que o processo se torne mais rápido e propiciando um fluxo mais natural para o cliente, é preciso também automatizar as consultas aos órgãos externos, sejam eles regulatórios ou de proteção ao crédito. De acordo com a Gerência de Atendimento, seu titular argumentou o seguinte: *“As consultas de todos os clientes que enviam a documentação são feitas após a impressão, mesmo daquelas propostas que estão com a documentação incompleta, isso ocorre para que ao informarmos as pendências, os clientes já tomem ciência de eventuais restrições nos sistemas fiscais e de crédito. Fazemos as seguintes consultas da empresa: CNPJ, Inscrição estadual, Inscrição Municipal, Optante do Simples, SPC, Regularidade do FGTS, Certidões Negativas das Receitas Federal, Estadual e Municipal e SCR do Banco Central. E para todas as pessoas físicas envolvidas na proposta são consultados o SPC, Receita Federal e SCR do Banco Central. Muitas dessas consultas possuem vencimento de 30 dias e precisam ser feitas novamente quando o cliente consegue regularizar todas as pendências (as certidões foram liberadas por resoluções, mas a pedido da análise de crédito continuamos consultando para efeito de pontuação no score de crédito).”*

Considerando que a Gerência de Tecnologia da Informação, através do Memorando nº 74/2020-GETEC (000015972774) encaminhou à Presidência, solicitação pedindo a contratação por um período de 12 (doze) meses, de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de Software destinado a prover soluções integradas para os processos de recepção e análise de propostas de crédito com consultas em órgãos externos e integração com sistema legado, incluindo os serviços de nuvem, hospedagem, implantação, parametrização, customização, testes, acompanhamento, documentação, treinamento, atualização, manutenção e suporte técnico/funcional, em atendimento às demandas da Gerência de Atendimento – GEATE.

Considerando que o Diretor Presidente, através do Despacho nº 515/2020-PRESI (000016042323), ordenou a Gerência de Licitações e Contratos, desde que atendidas todas as exigências e formalidades legais, a providenciar o mais breve possível procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de um Software, no provimento de soluções integradas para os processos de entrada e análise de propostas de crédito.

Considerando as justificativas acima e a necessidade da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de software de gerenciamento dos processos de concessão de crédito, a Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio providenciou Planilha de Estimativa de Preços (000015979539) junto aos seguintes fornecedores:

1. **CREDMOBI TECNOLOGIA EM FINANÇAS LTDA** , apresentou proposta de preço para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de software, pelo valor mensal de **R\$4.090,00 (quatro mil e noventa reais)** e global para um período de 12 (doze) meses de **R\$49.080,00 (quarenta e nove mil e oitenta reais)**;
2. **RODRIGUES & RAMOS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA** , apresentou proposta de preço para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de software, pelo valor mensal de **R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)** e global para um período de 12 (doze) meses de **R\$50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)**;
3. **ANTICUA SERVIÇOS E COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** , apresentou proposta de

preço para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de software, pelo valor mensal de **R\$4.122,00 (quatro mil, cento e vinte e dois reais)** e global para um período de 12 (doze) meses de **R\$49.464,00 (quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais)**;

Considerando o exposto nas cotações de preços anexadas aos autos, restou comprovado que a melhor proposta de preço apurada foi aquela apresentada pela empresa **CREDMOBI TECNOLOGIA EM FINANÇAS LTDA**, pelo valor mensal de **R\$4.090,00 (quatro mil e noventa reais)** e global para um período de 12 (doze) meses de **R\$49.080,00 (quarenta e nove mil e oitenta reais)**.

Considerando que a referida contratação por meio desta Dispensa de Licitação cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, fatores que propiciam segurança jurídica da contratação, e que a ausência da implantação dos serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso do software, acarretará sérios atrasos nos processos de concessão de crédito que são analisados pela Gerência de Atendimento da GoiásFomento.

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal pelo qual reza o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 13.303/2016, mais conhecida como Lei das Estatais.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, no caso, as

Dispensas de Licitações e as Inexigibilidades de Licitações. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **Art. 29, inciso II da Lei Federal nº 13.303/2016**, onde se verifica ocasião em que é cabível a **Dispensa de Licitação**:

A Lei Federal nº 13.303/2016, assim estabelece:

Art. 29 – É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

I (...)

II para outros serviços e compras de valor até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Os atos em que se verifique a Dispensa de Licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do inciso II, inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no **Art. 29, Inciso II da Lei Federal nº 13.303/2016**, o que justifica a contratação direta.

O critério do menor preço deve presidir na escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do processo pelo menos 03 (três) propostas de preço.

Finalmente, considerando que as despesas decorrentes desta Dispensa de Licitação, informada no Despacho nº 33/2020-ASTEC (000015984266), serão contabilizadas através da Dotação Orçamentária: Conta nº 8.1.7.99.25.001.000-9 – DESPESAS COM LICENÇA – LICENÇAS DIVERSAS;

Esta Comissão, com base na solicitação da Gerência de Tecnologia da Informação, estampada no Memorando nº 73/2020-GETEC (000015972667), e ainda, nas considerações acima, resolve declarar por meio deste Despacho, a **Dispensa de Licitação**, para contratação da empresa **CREDMOBI TECNOLOGIA EM FINANÇAS LTDA**, que apresentou proposta de preço mais vantajosa para prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de uso de software, pelo valor mensal de **R\$4.090,00 (quatro mil e noventa reais)** e global para um período de 12 (doze) meses de **R\$49.080,00 (quarenta e nove mil e oitenta reais)**. Fundamentação Legal: **Art. 29, Inciso II da Lei Federal nº 13.303/2016**.

Diante do exposto, participamos que foram juntados todos os documentos necessários para instruir este procedimento.

Remetam-se os autos à GEJUD para o devido parecer jurídico e, após, ao Senhor Presidente para, caso

assim entenda, autorizar a referida contratação nos termos das exposições acima.

JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA

Presidente da CPL

Membros:

01. Marcelo Godoi Araújo

02. Fernando Dias dos Reis

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DO (A) AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO, ao(s) 04 dia(s) do mês de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA, Gerente**, em 04/11/2020, às 10:20, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000016317055 e o código CRC B91B5DD7.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVENIDA GOIÁS 91, S/C - Bairro CENTRO - GOIANIA - GO - CEP 74005-010 - (62)3216-5023.



Referência: Processo nº 202000059001462



SEI 000016317055